

Termelétrica Viana S/A

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Diretores da
Termelétrica Viana S/A**
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termelétrica Viana S/A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Termelétrica Viana S/A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado

Veja a Nota 3.a das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A Companhia possui registrado no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2017, R\$ 292.243 mil, referentes a investimentos realizados oriundos do direito de autorização de geração de energia elétrica que compreendem o custo de construção de usina termelétrica. A Companhia avalia anualmente seus ativos de forma a assegurar que estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação, independentemente de existirem indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGCs"). A recuperação de seus ativos está suportada por estimativas, baseadas em informações geradas por estudos técnicos internos, os quais envolvem julgamento significativo sobre a realização do negócio, e que estão suportados por premissas, tais como a taxa de câmbio do dólar norte-americano, inflação e o valor da capacidade instalada por MegaWatts (MW), a fim de validar a premissa de venda dos ativos em mercado ao término do contrato.

Devido ao grau de subjetividade envolvido nas projeções de recuperação desses ativos, associado às incertezas inerentes ao ambiente regulatório em que a Companhia opera, e aos impactos que eventuais alterações nas premissas subjacentes teriam nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Obtivemos o entendimento sobre a avaliação e o desenho dos controles chave relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação das premissas base para a elaboração dos estudos técnicos de impairment. Nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação e discussões com a Companhia abrangendo o processo de preparação e revisão dos estudos técnicos baseados na avaliação a valor de mercado do ativo imobilizado, para corroborar as análises de recuperabilidade desse ativo. Adicionalmente avaliamos, a razoabilidade e consistência da análise utilizada comparando-a com dados obtidos de fontes externas. Efetuamos também a análise de sensibilidade que demonstra o impacto sobre o valor recuperável resultante de possíveis mudanças nas premissas-chave usadas pela Companhia e avaliamos a consistência das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Baseados nos procedimentos de auditoria acima resumidos e nas evidências obtidas, consideramos aceitável o saldo do ativo imobilizado, assim como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ- 087339/O-4

Termelétrica Viana S/A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		421	20	Fornecedores	13	33.781	6.979
Titulos e Valores Mobiliários	6	10.927	31.480	Dividendos propostos		1.000	-
Contas a receber de clientes	7	54.995	16.084	Debêntures	14	31.034	30.364
Serviços em curso		4.217	2.434	Tributos e contribuições sociais a recolher		1.340	2.205
Tributos a recuperar	8	1.452	2.169	Obrigações regulatórias	16	8.186	6.137
Estoques	9	14.307	13.761	Outros passivos		<u>2.983</u>	<u>2.942</u>
Despesas antecipadas	10	569	665			78.324	48.627
Antecipação		<u>2.723</u>	<u>1.266</u>				
		<u>89.611</u>	<u>67.879</u>	Não circulante			
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.a	62.042	49.324
				Obrigações Vinculadas à Concessão e Permissão Publica		1.231	1.267
Não circulante				Debêntures	14	<u>152.378</u>	<u>177.732</u>
Despesas antecipadas	10	472	549			<u>215.651</u>	<u>228.323</u>
Imobilizado	11	292.243	301.668	Patrimônio líquido	17		
Intangível	12	<u>40</u>	<u>-</u>	Capital social		75.000	85.000
		<u>292.755</u>	<u>302.217</u>	Reserva legal		8.421	6.149
				Reserva de retenção de lucros		<u>4.970</u>	<u>1.997</u>
						<u>88.391</u>	<u>93.146</u>
		<u>382.366</u>	<u>370.096</u>			<u>382.366</u>	<u>370.096</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Termelétrica Viana S/A

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Operações continuadas			
Receita líquida	18	363.690	184.330
Custo sobre serviços prestados	19	(274.450)	(112.936)
		<hr/>	<hr/>
Lucro bruto		89.240	71.394
	20		
Despesas gerais e administrativas		(5.640)	(6.027)
Outras receitas		45	1.065
		<hr/>	<hr/>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		83.645	66.432
Resultado financeiro	21	(17.923)	(24.907)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		65.722	41.525
		<hr/>	<hr/>
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	15.b	(13.588)	(4.072)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	15.b	(6.702)	(7.626)
		<hr/>	<hr/>
Lucro líquido do exercício		45.432	29.827
		<hr/>	<hr/>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Termelétrica Viana S/A

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Demonstrações dos resultados abrangentes

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado do exercício	45.432	29.827
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>45.432</u>	<u>29.827</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Termelétrica Viana S/A

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de Lucros</u>				
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2015	<u>85.000</u>	<u>4.658</u>	<u>292</u>	<u>-</u>	<u>89.950</u>
Pagamento de dividendos	-	-	(292)	-	(292)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	29.827	29.827
Destinação do resultado:	-	1.491	1.997	(3.488)	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	-
Dividendos intercalares JCP	-	-	-	(26.339)	(26.339)
Em 31 de dezembro de 2016	<u>85.000</u>	<u>6.149</u>	<u>1.997</u>	<u>-</u>	<u>93.146</u>
Pagamento de dividendos	-	-	(1.996)	-	(1.996)
Redução de capital	(10.000)	-	-	-	(10.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	45.432	45.432
Destinação do resultado:	-	2.272	4.969	(7.241)	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	-
Dividendos e JCP Propostos	-	-	-	(1.000)	(1.000)
Dividendos intercalares e JCP	-	-	-	(37.191)	(37.191)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>75.000</u>	<u>8.421</u>	<u>4.970</u>	<u>-</u>	<u>88.391</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Termelétrica Viana S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016 (Reclassificação)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido	45.432	29.827
Ajuste		
IR e CS Diferido	6.700	7626
Depreciação do ativo imobilizado	10.972	10.685
Depreciação do ativo intangível	10	-
Baixa de ativo imobilizado	7	4.817
Despesa de juros sobre debentures	13.776	15.430
Atualização Monetária de debentures	5.727	13.548
Atualização de títulos e valores mobiliários	(2.502)	(3.894)
	<u>80.122</u>	<u>78.039</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(38.911)	34.345
Estoque	(546)	(4.741)
Tributos a recuperar	1.305	2.180
Outros ativos	(3.033)	10.126
Fornecedores	26.802	(38.432)
Obrigações regulatórias	2.048	(3.310)
Tributos e contribuições a recolher	13.550	634
Outros passivos	3	2.419
	<u>81.340</u>	<u>81.260</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais	<u>81.340</u>	<u>81.260</u>
IRPJ e CSLL pagos	(8.984)	(2.314)
Juros pagos	(13.953)	(15.479)
	<u>58.403</u>	<u>63.467</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>58.403</u>	<u>63.467</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Recuperação de sinistro	-	1.032
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	(371.140)	(184.618)
Resgates em Títulos e Valores Mobiliários	394.199	172.165
Aquisições de ativo intangível	(50)	-
Aquisições de ativo imobilizado	(1.590)	(3.465)
	<u>21.419</u>	<u>(14.886)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	<u>21.419</u>	<u>(14.886)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital	(10.000)	-
Dividendos e JCP pagos	(39.187)	(26.631)
Amortização de debentures.	(30.234)	(29.242)
	<u>(79.421)</u>	<u>(55.873)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>(79.421)</u>	<u>(55.873)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>401</u>	<u>(7.292)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>20</u>	<u>7.312</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>421</u>	<u>20</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Termelétrica Viana S.A. ("Sociedade ") é uma sociedade por ações de capital fechado, com prazo de duração indeterminado, com sede no Rio de Janeiro, cujo objeto social é a geração e a comercialização de energia elétrica por meio da construção e exploração da usina termelétrica UTE Viana, situada no município de Viana, estado do Espírito Santo.

A UTE Viana compreende a construção de uma unidade geradora de energia com capacidade instalada de 174,6 MW e instalações de interligação associadas e opera com motores que utilizam como combustível o óleo combustível de baixo teor de enxofre (OCB1).

Através do Leilão ANEEL nº 002/2007, a Sociedade concretizou a venda de toda sua energia por meio de um "contrato de disponibilidade" assinado com 37 distribuidoras integrantes do Sistema Interligado Nacional, que compraram energia no referido Leilão.

A energia gerada pela UTE é distribuída por meio de uma nova linha de conexão na tensão de 345 kV com 1 km de extensão, construída com a finalidade de conectar a Usina à subestação de Furnas, em Viana.

Em 2009 foi concluída a obra de construção da UTE Viana, sendo esta a primeira Termelétrica do Leilão ANEEL nº 002/2007 a obter licença de operação e entrou em operação comercial em 6 de janeiro de 2010. Os bens da Sociedade não serão reversíveis no final do prazo de autorização, que se encerrará em dezembro de 2043.

O controlador da Sociedade é o Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (FIP).

A Sociedade goza de incentivos fiscais no Estado do Espírito Santo, dentre eles o diferimento do ICMS nas aquisições de máquinas e equipamentos, destinados à integração no ativo imobilizado e para as compras do óleo combustível (OCB1), quando adquiridos internamente no Estado, reduzindo a carga tributária efetiva, conforme cláusulas 3ª do Termo de Acordo INVEST-ES 124/2008.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 02 de março de 2018.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1 Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários.

2.4 Instrumentos financeiros

2.4.1 Classificação e mensuração

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

2.4.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" no período em que ocorrem.

2.4.3 Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Sociedade compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.4.4 Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra.

A Sociedade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

2.5 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e geração de energia produzida pela usina. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa "PCLD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

2.7 Imobilizado

Terreno, máquinas e equipamentos, custos financeiros e custos gerais com a construção da planta, compreendem o custo de construção da usina termelétrica.

O imobilizado é depreciado considerando a vida-útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 33 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente.

Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.8 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.10 Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

2.11 Debêntures

As debêntures emitidas foram reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, as debêntures são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa para contribuição social e sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

2.13 Capital

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.14 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor presente na prestação de serviço de disponibilidade, geração de energia e de receita realizada até a data do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado com base nos valores estabelecidos nos contratos CCEAR (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado), os quais são reajustados pelo IPCA em novembro de cada ano.

2.15 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018.

- **CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros** - estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Sociedade não efetuou nenhum estudo para a adequação desta norma as demonstrações financeiras.

- **CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes** - introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A Sociedade não efetuou nenhum estudo para a adequação desta norma as demonstrações financeiras.

- **CPC 48 / IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)** - substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Sociedade não efetuou nenhum estudo para a adequação desta norma as demonstrações financeiras.

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas, tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

a. Perda (*impairment*) estimada de ativos não financeiros

Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Sociedade analisou e não identificou nenhum indicativo de *impairment*.

4 **Reclassificação de saldos comparativos**

Os valores correspondentes relativos as demonstrações dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2016 estão sendo reclassificadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro (IAS 8) e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1), em decorrência da reclassificação dos saldos para a adequação do fluxo de caixa ao CPC 03.18, que parte do lucro líquido do exercício, e não do lucro antes do imposto, e reclassificação para melhor apresentação dos saldos de Títulos e Valores Mobiliários de atividades operacionais para atividades de investimento, conforme tabela a seguir:

Demonstrações do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2016			
	Anteriormente Apresentado	Ajuste	Raclassificação
Lucro antes dos Impostos	41.524	(41.524)	-
Lucro Líquido do Exercício	-	29.827	29.827
Atividades operacionais	51.014	12.453	63.467
Atividades de investimentos	(2.433)	(12.453)	(14.886)
Atividades de financiamentos	(55.873)	-	(55.873)

5 **Gestão de risco financeiro**

5.1 **Fatores de risco financeiro**

a. Risco de crédito

A Sociedade vendeu no Leilão 2007/2 a totalidade de sua energia, garantida sob o Regime Regulatório, desta forma acreditamos não haver risco no recebimento dos créditos advindo deste contrato.

b. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Sociedade, sendo sua projeção monitorada continuamente, com a intenção de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Sociedade é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os vencimentos das debentures, considerando os juros contratuais, estão demonstrados a seguir:

Vencimentos		
2018		31.034
2019		30.476
2020		30.476
2021		30.476
2022		30.476
2023		30.474
		183.412

c. Risco de taxa de juros

A Sociedade não está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita à variação do IPCA, entretanto as receitas fixas dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulatório - CCEAR estão indexados pelo IPCA.

d. Valorização dos instrumentos financeiros

A Sociedade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e debêntures.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a seis meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade, em 31 de dezembro de 2017 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(i) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos financeiros circulantes e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(ii) Debêntures

Os valores de mercado das debêntures se aproximam dos valores contabilizados.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2017 e 2016.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras sociedades do setor, a Sociedade monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. O nível de endividamento da Sociedade é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2017 e 2016 podem ser assim sumariados:

	2017	2016
Montante total de dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante)	<u>293.976</u>	<u>276.950</u>
Total do patrimônio líquido	<u>88.390</u>	<u>93.146</u>
Índice de alavancagem financeira	3,33	2,97

5.3 Instrumentos financeiros por categoria

31/12/2017			
	Recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalente de caixa	421		421
Titulos e Valores Mobiliários		10.927	10.927
Clientes	54.995		54.995
	55.416	10.927	66.343
Passivos, conforme balanço patrimonial			
		Empréstimos e outros passivos financeiros	Total
Fornecedores		33.781	33.781
Debentures		183.412	183.412
		217.193	217.193
31/12/2016			
	Recebíveis	Valor justo por meio do Resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalente de caixa	20		20
Titulos e Valores Mobiliários		31.480	31.480
Clientes	16.084		16.084
	16.104	31.480	47.584
Passivos, conforme balanço patrimonial			
		Empréstimos e outros passivos financeiros	Total
Fornecedores		6.979	6.979
Debentures		208.096	208.096
		215.075	215.075

5.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 1. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

5.5 Análise de Sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Sociedade, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2017.

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Saldo	Cenário		
			Cenário I	Atual	Cenário II
CDI	Aplicações financeiras	10.927	7,45% 814	9,93% 1.085	12,41% 1.356
IPCA	Debêntures	183.412	2,21% 4.053	2,94% 5.392	3,68% 6.750

6 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2017	31/12/2016
Certificados de depósitos bancários (*)	<u>10.927</u>	<u>31.480</u>
	<u>10.927</u>	<u>31.480</u>

(*) As aplicações financeiras são mantidas com bancos de primeira linha, possuem liquidez diária e possuem rentabilidades indexadas ao CDI.

As aplicações financeiras estão representadas, principalmente, de Certificados de Depósito Bancário - CDB, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7 Contas a receber de clientes

	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidade	16.023	12.713
Fornecimento de energia gerada	26.545	2.410
Receita de venda no mercado de curto prazo	12.427	961
	54.995	16.084

A variação saldo do contas a receber em 2017, deve -se pela crescente demanda de geração comandada pelo órgão regulador ONS (Operador Nacional de Serviço) aumentando a receita variável, e conseqüentemente, maior volume no faturamento.

PCLD - Provisão de credito para Liquidação duvidosa

Considerando as práticas contábeis e a determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico do órgão regulador do ramo de energia, ANEEL (Agencia Nacional de Energia Elétrica), com a orientação de registro contábil da estimativa de haveres de liquidação duvidosa, adotando critérios de julgamento individuais para os casos difíceis ou improváveis de liquidação, a companhia julga não ser necessário a constituição da PCLD no exercício de 2017.

8 Tributos a recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	-	189
PIS e COFINS sobre compra de matéria-prima e O&M	-	318
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.414	-
Outros	38	1.662
	1.452	2.169

9 Estoque

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o saldo de estoques da Sociedade é composto em sua maioria de óleo adquirido da BR Distribuidora. Como segue a composição do saldo:

	31/12/2017	31/12/2016
Óleo OCB1	8.036	6.353
Óleo diesel	80	120
Lubrificantes	405	206
Almoxarifado (sobressalentes)	5.786	7.082
	14.307	13.761

10 Despesas antecipadas

Referem-se à contratação de seguro no valor de R\$ 433 para cobertura de riscos operacionais da planta, veículos e seguro de responsabilidade civil para os executivos da mesma e, no valor de R\$ 136 custos sobre a emissão das debêntures.

11 Imobilizado

O imobilizado é depreciado considerando a vida-útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 33 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente. Os móveis e utensílios e veículos são depreciados a 10% e 5%, respectivamente.

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Em curso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.300	17.682	280.152	464	76	11.030	313.704
Aquisição	-	30	172	164	157	2.942	3.465
Transferencia	-	-	(75)	75	-	-	-
Baixa de bens	-	-	(1.963)	-	-	(4.769)	(6.732)
Depreciação	-	(663)	(9.959)	(31)	(31)	-	(10.684)
(-) Baixa de depreciação	-	-	1.915	-	-	-	1.915
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.300	17.049	270.242	672	202	9.203	301.668
Aquisição	-	170	457	24	-	939	1.590
Transferencia	-	-	-	1	-	(1)	-
Baixa de bens	-	-	-	(4)	-	(2)	(6)
Depreciação	-	(659)	(10.259)	(37)	(54)	-	(11.009)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.300	16.560	260.440	656	148	10.139	292.243

12 Intangível

	Software/licenças
Saldos em 30 de Dezembro de 2016	-
Aquisição	50
Amortização	(10)
(-) Baixa de depreciação	-
	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	40

13 Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Comercializadora de energia	3.523	-
Combustíveis	27.020	3.139
Materiais	1.370	1.482
Outros	1.868	1.935
Seguros	-	423
	-	423
	33.781	6.979

14 Debêntures

Em 20 de dezembro de 2012, a Sociedade fez a emissão privada de debêntures não conversíveis em ações no montante de R\$ 245.000, atualizadas pelo IPCA mais remuneração de 7,25% ao ano.

	Vencimento	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal	Saldo atualizado
1ª série	15.03.2023	557	100	55.700	45.881
2ª série	15.06.2023	557	100	55.700	45.881
3ª série	15.09.2023	557	100	55.700	45.881
4ª série	15.12.2023	779	100	77.900	45.769
		2.450		245.000	183.412
		2.450		245.000	183.412

	Taxa anual de juros a.a.	Valor original	Juros	Total
Debêntures emitidas	7,25 + IPCA	182.954	458	183.412
Circulante				31.034
Não circulante				152.378

Composição da dívida de longo prazo por vencimento:

2019	30.476
2020	30.476
2021	30.476
2022	30.476
2023	30.474
	152.378

A movimentação das debêntures para adição e liquidação, estão apresentadas conforme abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	208.097	223.838
Aquisição		
Atualização – IPCA	5.727	8.404
Juros capitalizados	13.776	20.575
Baixa		
Amortização do principal	(30.234)	(29.242)
Juros	(13.954)	(15.479)
	183.412	208.096

a. Garantias

As debêntures possuem as seguintes garantias reais: (a) alienação fiduciária de bens móveis de propriedade da Sociedade por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Móvel em Garantia e Outras avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, (b) alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da Sociedade, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário e (c) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes da exploração da autorização emitida por intermédio do Ministério de Minas e Energia por meio da Portaria no 13 de 16 de janeiro de 2008, que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normais legais e regulamentares aplicáveis, incluindo, sem limitar: (a) todos os direitos creditórios e quaisquer recursos, atuais ou futuros, decorrentes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR celebrados pela Sociedade e (b) todos os direitos, presentes e futuros, detidos pela Emissora em relação à conta vinculada na qual serão depositados os direitos creditórios acima referidos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Direitos Emergentes da Autorização em Garantia e Outras Avenças a ser celebrado, entre a Sociedade e o Agente Fiduciário (Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários).

Cláusulas restritivas as debêntures

O índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, que fora atendido em 31 de dezembro de 2017.

15 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	31/12/2017	31/12/2016
Diferido Ativo		
Prejuízos fiscais de imposto de renda	1.742	4.865
Bases negativas de contribuição social	627	1.751
	2.369	6.616
Diferido passivo		
Ajuste decorrente de diferença de taxa de depreciação (fiscal x prazo de autorização)	64.411	55.941
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	62.041	49.324

b. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social corrente

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	65.722	41.525
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	22.345	14.119
Bônus e gratificações	547	318
Doações e patrocínios	109	19
Outras adições e exclusões	(2.711)	(2.758)
	20.290	11.698
Imposto de renda e Contribuição social - corrente	13.588	4.072
Imposto de renda e Contribuição social - diferido	6.702	7.626
	20.290	11.698

16 Obrigações regulatórias

	31/12/2017	31/12/2016
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	8.148	6.100
Taxa de fiscalização	38	37
	8.186	6.137

17 Patrimônio Líquido

Em 2016, a companhia solicitou ao órgão regulador, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a redução do seu capital social no valor de R\$ 10.000, o qual foi aprovado no Despacho nº 468 de 15 de fevereiro de 2017.

Através da 70ª Ata de Reunião do Conselho da Administração de 14 de dezembro de 2017, o capital foi reduzido em 2017, no valor de R\$ 10.000, passando o capital Social de R\$ 85.000 para R\$ 75.000.

O capital foi integralizado em sua totalidade pelo Fundo de Investimento em Participações Brasil e Energia (FIPBE).

a. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendo obrigatório.
- Após qualquer retenção prevista no orçamento anual, o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembléia Geral.

Qualquer valor distribuído aos acionistas que seja superior aos 25% dos dividendos obrigatórios deverão ser autorizados.

b. Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Sociedade, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos e Juros sobre o capital Próprio

Os dividendos e juros sobre o capital próprio pagos no exercício 2017 foram aprovados pelo Conselho de Administração conforme abaixo:

Reunião do Conselho de Administração	Descrição	Pagamento	Valor
65ª RCA de 31 de março de 2017	Juros sobre o capital próprio	27/04/2017	1.500
66ª RCA de 30 de junho de 2017	Juros sobre o capital próprio	31/07/2017	1.000
68ª RCA de 29 de setembro de 2017	Juros sobre o capital próprio	30/09/2017	1.000
			3.500
AGO de 24 de abril de 2017	Dividendos do exercício 2016	27/04/2017	1.996
65ª RCA de 31 de março de 2017	Dividendos intercalares	27/04/2017	7447
67ª RCA de 19 de julho de 2017	Dividendos intercalares	14/08/2017	8.744
68ª RCA de 29 de setembro de 2017	Dividendos intercalares	30/09/2017	7.500
70ª RCA de 14 de dezembro de 2017	Dividendos intercalares	22/12/2017	10.000
			33.691
			39.187

18 Receita líquida

	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidade	115.423	107.919
Fornecimento de energia gerada	241.553	88.284
Anulação valor de fornecimento	-	(3)
Receita de Venda no mercado de Curto prazo	47.799	8.962
Impostos sobre serviços	(37.446)	(18.981)
Encargos do consumidor	(3.639)	(1.851)
	363.690	184.330

19 Custo sobre os serviços prestados

	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	8.682	7.723
Materiais (a)	199.567	77.997
Serviços de terceiros	11.199	11.055
Depreciação	10.886	10.612
Compra de energia	39.714	3.657
Outras despesas	4.402	1.892
	<u>274.450</u>	<u>112.936</u>

- (a) Refere-se principalmente ao custo de óleo OCB1 (HFO), 98% do total da conta. Este óleo é utilizado para fazer a combustão dos motores na geração de energia.

20 Despesas Gerais e administrativas

	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	2.368	2.984
Materiais	100	109
Serviços de terceiros	2.482	2.304
Depreciação	96	73
Honorários dos Administradores	443	
Outras despesas	151	198
	<u>5.640</u>	<u>5.668</u>

21 Resultado financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras		
Juros de debentures	(13.776)	(15.430)
Atualização Monetária de debentures	(5.727)	(13.548)
Comissão de fiança	(98)	(90)
Outras	(641)	(673)
	<u>(20.242)</u>	<u>(29.741)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação	2.541	4.645
Outras	(222)	189
	<u>2.319</u>	<u>4.834</u>
	(17.923)	(24.907)

22 Honorários dos administradores

O total pago, no exercício de 2017, referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Sociedade somaram R\$ 734. No exercício de 2016 o total foi de R\$ 613.

23 Contingências

A Sociedade é parte envolvida em ações no âmbito administrativo - principalmente na esfera ambiental.

A Administração, de acordo com o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Sociedade em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável

São constituídas provisões.

II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível

As informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas.

III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto

Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Contábeis.

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade apresentava causas com previsão de perda possíveis, com a natureza trabalhista, no total de R\$ 420, no qual destaca-se:

- a. Processo da parte autora Messias Linhares, tendo como partes rés a PGN Service e Termelétrica Viana S/A, pelo pedido de participação e resultados conforme previsto em convenção coletiva, hora extra e seus reflexos; de acréscimo salarial decorrente de acúmulo de função; diferenças salariais em razão de pagamento feito “por fora”; adicional de insalubridade e/ou de periculosidade; multas dos art. 467 e 477 da CLT ; reconhecimento de doenças ocupacional, com estabilidade provisória, pensão mensal vitalícia, indenização por danos morais. O valor atribuído a causa é de R\$ 100.

24 Seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R\$ 264.000(Obras civis R\$ 40.000, unidades geradoras R\$ 210.000, Transformadores R\$ 10.000 e Matéria Prima R\$ 4.000), para responsabilidade civil dos administradores e diretores R\$ 20.000 milhões, responsabilidade civil geral R\$ 6.000, riscos ambientais R\$ 10.000 e o seguro dos veículos R\$ 100.

* * *

Marcelo Pedreira de Oliveira
Diretor Presidente

Francisco Vicente Santana Silva Telles
Contador
CRC/RJ 092.850/o-0